

16^a
edição

revista e
atualizada

ALEXANDRE MAZZA

Curso de **DIREITO
ADMINISTRATIVO**



saraiva *jur*

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 02.01.2026

■ O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2026 by SRV Editora Ltda.

Publicado pelo selo Saraiva Jur

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da **SRV Editora Ltda.**

■ O conteúdo desta obra é original e protegido por direitos autorais e não se destina ao uso para treinamento de sistemas de Inteligência Artificial (IA), aprendizado de máquina, mineração de dados ou qualquer outra finalidade similar sem autorização prévia por escrito.

■ Capa: Tiago Fabiano Dela Rosa

■ CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M429c

16. ed.

Mazza, Alexandre

Curso de direito administrativo / Alexandre Mazza. - 16. ed. - Rio de Janeiro : Saraiva Jur, 2026.

Inclui índice

ISBN 978-65-5177-021-0

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.



25-102072.1

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

abdr
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE EDITORES
REPRODUTORES
Respeite o direito autoral



SUMÁRIO

1	NOÇÕES GERAIS	1
1.1	Conceito de Direito Administrativo.....	1
1.2	Taxinomia do Direito Administrativo.....	2
1.3	Direito Administrativo <i>versus</i> Ciência da Administração.....	3
1.4	Administração Burocrática <i>versus</i> Administração Gerencial.....	3
1.4.1	“Estado em rede”.....	4
1.5	Características técnicas do Direito Administrativo.....	5
1.6	Crítérios para definição do objeto do Direito Administrativo.....	6
1.7	Principais escolas do Direito Administrativo.....	11
1.8	Normas, princípios e regras.....	14
1.8.1	Diferenças entre princípios e regras.....	15
1.9	Objeto imediato e mediato do Direito Administrativo.....	18
1.10	Direito Administrativo como “direito comum”.....	18
1.11	Pressupostos do Direito Administrativo.....	19
1.12	Autonomia do Direito Administrativo.....	20
1.13	Estado, Governo, Poder Executivo, administração pública, poder executivo e poder público.....	20
1.14	Sentidos da expressão “Administração Pública”.....	21
1.14.1	O que significa a expressão “Fazenda Pública”?.....	22
1.15	Tarefas precípua da Administração Pública moderna.....	23
1.16	Interpretação do Direito Administrativo.....	24
1.16.1	Inovações hermenêuticas trazidas pela Lei n. 13.655/2018.....	25
1.17	Relação com outros ramos.....	26
1.18	Codificação do Direito Administrativo.....	29
1.19	Fontes do Direito Administrativo.....	31
1.19.1	Outras fontes: precedente, súmula vinculante administrativa.....	34
1.19.2	Classificações das fontes.....	37
1.19.3	Taxonomia das fontes.....	39
1.20	Sistemas administrativos.....	39
1.20.1	Sistema da jurisdição una.....	39
1.20.2	Sistema do contencioso administrativo.....	40
1.20.3	Como se cria um contencioso.....	42
1.21	Competência para legislar.....	42
1.22	Reserva de lei complementar no Direito Administrativo.....	44

1.23	Iniciativa de projetos de lei.....	44
1.24	Função administrativa.....	45
1.24.1	Conceito.....	47
1.25	Função administrativa e função de governo.....	54
1.26	Tendências do Direito Administrativo moderno.....	55
1.27	A Lei n. 13.655/2018 e os novos parâmetros decisórios na Administração Pública.....	58
2	PRINCÍPIOS.....	61
2.1	Importância dos princípios administrativos.....	61
2.2	Dupla funcionalidade dos princípios.....	62
2.3	Princípios como mandamentos de otimização.....	62
2.4	Regime jurídico-administrativo.....	62
2.5	Supraprincípios do Direito Administrativo.....	63
2.5.1	Princípio da supremacia do interesse público.....	63
2.5.1.1	A “desconstrução” da supremacia do interesse público. Crítica da crítica.....	65
2.5.2	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	67
2.6	Princípios constitucionais do Direito Administrativo.....	67
2.6.1	Princípio da participação (art. 37, § 3º, da CF).....	68
2.6.1.1	Administração dialógica <i>versus</i> Administração monológica.....	68
2.6.2	Princípio da celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, da CF).....	69
2.6.3	Princípio do devido processo legal formal e material (art. 5º, LIV, da CF).....	69
2.6.3.1	Devido processo legal como garantia finalística.....	71
2.6.3.2	Devido processo legal diferido no tempo (<i>a posteriori</i>). Providências acauteladoras.....	71
2.6.3.3	Princípio da intranscendência subjetiva da pena.....	71
2.6.4	Princípio do contraditório (art. 5º, LV, da CF).....	72
2.6.5	Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).....	72
2.6.5.1	Princípio do duplo grau. Vantagens e desvantagens da via administrativa.....	72
2.6.5.1.1	Vantagens e desvantagens da via administrativa.....	73
2.6.6	Princípio da legalidade.....	75
2.6.6.1	Conceito.....	75
2.6.6.2	Legalidade: sentido negativo e sentido positivo.....	76
2.6.6.3	Bloco da legalidade e princípio da juridicidade.....	76
2.6.6.4	Tríplice fundamento constitucional.....	77
2.6.6.5	Legalidade privada e legalidade pública.....	79
2.6.6.6	Exceções à legalidade.....	80
2.6.6.7	Teoria da supremacia especial.....	80
2.6.7	Princípio da impessoalidade.....	81
2.6.7.1	Subprincípio da vedação da promoção pessoal.....	82
2.6.8	Princípio da moralidade.....	83
2.6.8.1	Conteúdo jurídico da moralidade administrativa.....	85
2.6.8.2	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.....	87
2.6.8.3	O problema da “moral paralela”.....	88
2.6.8.4	Súmula Vinculante 13 do STF (antinepotismo).....	88
2.6.8.5	Resolução n. 7 do CNJ (antinepotismo).....	90
2.6.8.6	Instrumentos para defesa da moralidade.....	91
2.6.8.7	Lei de Improbidade Administrativa.....	92

2.6.9	Princípio da publicidade	92
2.6.9.1	Transparência, divulgação oficial e publicação. Divulga- ção de vencimentos dos servidores públicos	93
2.6.9.2	Objetivos da publicidade	93
2.6.9.3	Formas de publicidade	93
2.6.9.4	Natureza jurídica da publicação dos atos gerais	94
2.6.9.5	Exceções à publicidade	94
2.6.9.6	Atos secretos e improbidade administrativa	94
2.6.9.7	Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)	95
2.6.10	Princípio da eficiência	97
2.6.10.1	Eficiência, eficácia e efetividade	98
2.6.10.2	Institutos correlatos	98
2.7	Princípios infraconstitucionais	99
2.7.1	Princípio da autotutela	99
2.7.2	Princípio da obrigatória motivação	100
2.7.2.1	Motivação, motivo, causa, móvel e intenção real	100
2.7.2.2	Cronologia entre motivo, ato e motivação	101
2.7.2.3	Abrangência do dever de motivar	101
2.7.2.4	Motivação dispensada	102
2.7.2.5	Momento da motivação	102
2.7.2.6	Três atributos da motivação	102
2.7.2.7	Motivação aliunde	103
2.7.2.8	Motivação como elemento formal do ato administrativo	103
2.7.2.9	Teoria dos motivos determinantes	103
2.7.2.10	Motivação genérica no CPC	104
2.7.3	Princípio da finalidade	104
2.7.4	Princípio da razoabilidade	105
2.7.5	Princípio da proporcionalidade	106
2.7.5.1	Proporcionalidade perante a lei e proporcionalidade na lei	107
2.7.5.2	Os subprincípios da proporcionalidade na jurisprudência do STF: a teoria dos três testes	107
2.7.5.3	A proliferação dos elementos integrantes da proporcio- nalidade	108
2.7.6	Princípio da responsabilidade	109
2.7.7	Princípio da segurança jurídica: visão clássica	110
2.7.7.1	Segurança jurídica prevista na Constituição Federal	110
2.7.7.2	Boa-fé, segurança jurídica e proteção à confiança legí- tima	111
2.7.7.3	Princípio da segurança jurídica em sentido objetivo (<i>rechtssicherheit</i>). A endossegarança	111
2.7.7.4	Proteção à confiança legítima (<i>vertrauensschutz</i>)	112
2.7.7.4.1	Justificativas para manutenção de atos ilegais	112
2.7.7.4.2	O caso da viúva de Berlim	113
2.7.7.4.3	Confiança ilegítima?	113
2.7.7.4.4	Aplicações práticas da proteção à confiança	113
2.7.7.4.5	Requisitos para aplicação do princípio	114
2.7.7.4.6	Excludentes da proteção à confiança	114
2.7.7.5	Autovinculação da Administração	114
2.7.7.6	Teoria dos atos próprios (<i>venire contra factum proprium</i>). Requisitos para aplicação	115
2.7.7.7	Diferenças entre a teoria dos atos próprios e o princípio da proteção à confiança legítima	115

2.7.7.8	Segurança jurídica e 5 anos para anular atos ilegais. Estabilização de benefícios ilegais	116
2.7.7.8.1	Anulação de atos praticados antes da Lei n. 9.784/99.....	116
2.7.7.9	Teoria do <i>prospective overruling</i>	117
2.7.8	Princípio da boa administração	117
2.7.9	Princípio do controle judicial ou da sindicabilidade.....	117
2.7.10	Princípios da continuidade do serviço público e da obrigatoriedade da função administrativa	117
2.7.11	Princípio da descentralização ou especialidade	119
2.7.12	Princípio da presunção de legitimidade	119
2.7.13	Princípio da isonomia.....	119
2.7.14	Princípio da hierarquia.....	121
2.7.15	Outros princípios.....	122
2.8	Princípios de meio e princípios finalísticos	123
2.9	Art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.784/99.....	123
2.10	Jurisprudência	124
2.10.1	STJ.....	124
2.10.2	STF.....	125
2.10.3	Repercussão Geral.....	126
3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	129
3.1	Introdução.....	129
3.2	Concentração e desconcentração	129
3.2.1	Espécies de desconcentração	131
3.3	Centralização e descentralização	131
3.4	Relações entre os dois fenômenos	132
3.5	Comparação entre desconcentração e descentralização.....	132
3.6	Teoria do órgão público	133
3.6.1	Teoria da imputação volitiva de Otto Gierke	134
3.6.1.1	Previsão constitucional da teoria da imputação volitiva.....	134
3.6.1.2	Desdobramentos da teoria da imputação volitiva.....	134
3.6.2	Espécies de órgãos públicos.....	135
3.6.2.1	Órgãos administrativos despersonalizados anômalos.....	136
3.6.2.2	Natureza especial dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.....	137
3.6.3	Conceitos de órgão, entidade e autoridade na Lei n. 9.784/99.....	137
3.7	Personalidade estatal	138
3.7.1	Entidades federativas <i>versus</i> entidades públicas da Administração Indireta	138
3.8	Entidades da Administração Pública Indireta. Devido processo legal de criação.....	140
3.8.1	Autarquias.....	141
3.8.1.1	Características	142
3.8.1.2	Espécies de autarquias	144
3.8.1.2.1	Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil.....	145
3.8.1.2.2	OAB e o controle do TCU a partir de 2020....	147
3.8.2	Fundações públicas.....	148
3.8.3	Agências reguladoras	148
3.8.3.1	Cronologia de criação das agências federais	150
3.8.3.2	Entidades “desagencificadas”.....	152
3.8.3.3	Casos polêmicos.....	153

3.8.3.4	Natureza jurídica	154
3.8.3.5	Quarentena	155
3.8.3.5.1	Características da quarentena brasileira.....	156
3.8.3.6	Novo marco regulatório das agências (Lei n. 13.848/2019)	156
3.8.3.7	Diretorias colegiadas.....	157
3.8.3.7.1	Requisitos para nomeação dos dirigentes	157
3.8.3.8	Classificação das agências reguladoras.....	158
3.8.3.9	Poder normativo.....	159
3.8.3.9.1	Teoria da deslegalização (delegificação)	161
3.8.3.10	Supervisão ministerial e recursos hierárquicos impróprios	163
3.8.4	Agências executivas	164
3.8.4.1	Histórico	165
3.8.4.2	Características	166
3.8.4.3	Contrato de desempenho (Lei n. 13.934/2019).....	167
3.8.4.4	Comparação entre agências executivas e agências reguladoras.....	167
3.8.5	Associações públicas	167
3.8.6	Empresas estatais	169
3.8.6.1	Empresas públicas	170
3.8.6.1.1	Características	171
3.8.6.2	Sociedades de economia mista	171
3.8.6.2.1	Características	172
3.8.7	Outras características das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	173
3.8.7.1	Empresas subsidiárias e empresas controladas.....	175
3.8.7.1.1	Alienação do controle societário das estatais. Desnecessidade de autorização legislativa no caso das subsidiárias e controladas	175
3.8.8	Fundações governamentais de direito privado	176
3.8.9	Fundações de apoio	178
3.8.10	Estatuto Jurídico da Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Subsidiárias (Lei n. 13.303/2016).....	179
3.8.10.1	Hipóteses de inexigibilidade na Lei n. 13.303/2016.....	182
3.8.10.2	Extinção do procedimento licitatório simplificado no âmbito da Petrobras.....	183
3.9	Entes de cooperação	183
3.9.1	Entidades paraestatais. Serviços sociais do Sistema “S”.....	183
3.9.1.1	Características dos serviços sociais.....	185
3.9.1.2	Agências sociais do Sistema “S”	186
3.9.2	Terceiro setor	187
3.9.2.1	Organizações sociais	188
3.9.2.2	Oscips	189
3.9.2.3	Comparação entre organizações sociais e Oscips.....	191
3.9.2.3.1	Regime das parcerias voluntárias (Lei n. 13.019/2014)	192
3.10	Jurisprudência	195
3.10.1	STJ.....	195
3.10.2	STF	198
3.10.3	Repercussão Geral.....	200

4	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	203
4.1	Função dogmática da teoria do ato administrativo.....	203
4.2	Atos administrativos e demais atos jurídicos.....	204
4.3	Conceitos doutrinários.....	205
4.4	Nosso conceito.....	205
4.5	Fato administrativo.....	206
4.6	Atos da Administração.....	210
4.7	Silêncio administrativo.....	211
4.8	Atributos do ato administrativo.....	213
4.8.1	Presunção de legitimidade.....	213
4.8.1.1	Presunções de validade, legalidade, veracidade, legitimidade e licitude.....	214
4.8.2	Imperatividade ou coercibilidade.....	214
4.8.3	Exigibilidade.....	215
4.8.4	Autoexecutoriedade.....	215
4.8.5	Tipicidade.....	216
4.8.6	Outros atributos.....	217
4.9	Existência, validade e eficácia.....	218
4.9.1	Existência ou perfeição do ato administrativo.....	219
4.9.1.1	Teoria do ato administrativo inexistente.....	220
4.9.2	Validade do ato administrativo.....	225
4.9.3	Eficácia do ato administrativo.....	225
4.10	Mérito do ato administrativo.....	226
4.10.1	Controle judicial triplice sobre o mérito do ato administrativo.....	226
4.10.2	Grave inoportunidade e grave inconveniência.....	227
4.11	Requisitos do ato administrativo.....	227
4.11.1	Corrente clássica (Hely Lopes Meirelles).....	228
4.11.1.1	Resolução n. 160 do Contran e os sinais sonoros emitidos pelos agentes de trânsito por meio de silvos de apito.....	230
4.11.2	Corrente moderna (Celso Antônio Bandeira de Mello).....	231
4.11.3	Diferentes teorias sobre a nulidade do ato.....	232
4.12	Vícios em espécie.....	233
4.13	Classificação dos atos administrativos.....	236
4.13.1	Atos discricionários e atos vinculados.....	236
4.13.2	Atos simples, compostos e complexos.....	237
4.13.3	Outras classificações dos atos administrativos.....	239
4.13.3.1	Quanto aos destinatários.....	239
4.13.3.2	Quanto à estrutura.....	240
4.13.3.3	Quanto ao alcance.....	240
4.13.3.4	Quanto ao objeto.....	240
4.13.3.5	Quanto à manifestação de vontade.....	240
4.13.3.6	Quanto aos efeitos.....	241
4.13.3.7	Quanto ao conteúdo.....	241
4.13.3.8	Quanto à situação jurídica que criam.....	241
4.13.3.9	Quanto à eficácia.....	241
4.13.3.10	Quanto à exequibilidade.....	242
4.13.3.11	Quanto à retratabilidade.....	242
4.13.3.12	Quanto ao modo de execução.....	243
4.13.3.13	Quanto ao objetivo visado pela Administração.....	243
4.13.3.14	Quanto à natureza da atividade.....	243
4.13.3.15	Quanto à função da vontade administrativa.....	244
4.14	Espécies de ato administrativo.....	244
4.14.1	Atos normativos.....	245

4.14.2	Atos ordinatórios	245
4.14.3	Atos negociais	246
4.14.4	Atos enunciativos	248
4.14.4.1	Natureza jurídica e espécies de parecer	248
4.14.4.1.1	Parecer obrigatório	249
4.14.4.1.2	Parecer facultativo	249
4.14.4.1.3	Parecer vinculante	250
4.14.4.1.4	Parecer não vinculante	250
4.14.4.1.5	Parecer normativo	251
4.14.4.1.6	Parecer comum	251
4.14.4.1.7	Parecer suspensivo	251
4.14.4.1.8	Parecer não suspensivo	251
4.14.4.1.9	Parecer de mérito	251
4.14.4.1.10	Parecer de legalidade	251
4.14.4.1.11	Parecer referencial	251
4.14.4.1.12	Responsabilidade do parecerista	252
4.14.5	Atos punitivos	252
4.14.6	Espécies de ato quanto à forma e quanto ao conteúdo	252
4.15	Extinção do ato administrativo	253
4.15.1	Revogação	254
4.15.1.1	Competência para revogar	255
4.15.1.2	Objeto do ato revocatório	255
4.15.1.3	Fundamento e motivo da revogação	255
4.15.1.4	Efeitos da revogação	255
4.15.1.5	Natureza do ato revocatório	256
4.15.1.6	Forma do ato revocatório	256
4.15.1.7	Natureza da revogação	256
4.15.1.8	Características da competência revocatória	256
4.15.1.9	Limites ao poder de revogar	256
4.15.1.10	Revogação de atos complexos	256
4.15.1.11	Anulação da revogação: possibilidade	256
4.15.1.12	Revogação da revogação: polêmica. Efeito repristinatório	257
4.15.1.13	Revogação da anulação: impossibilidade	257
4.15.1.14	Anulação da anulação: possibilidade	257
4.15.1.14.1	O curioso caso de anulação do ato anulatório	257
4.15.1.15	Revogação e dever de indenizar	259
4.15.2	Anulação ou invalidação	259
4.15.2.1	Competência para anular	259
4.15.2.2	Objeto e natureza do ato anulatório	260
4.15.2.3	Efeitos da anulação	260
4.15.2.3.1	Modulação dos efeitos anulatórios	260
4.15.2.4	Forma do ato anulatório	261
4.15.2.5	Natureza da competência anulatória	261
4.15.2.6	Anulação e indenização	261
4.15.2.7	Limites ao dever anulatório	261
4.15.2.8	Comparação entre revogação e anulação	261
4.15.3	Cassação	262
4.15.4	Caducidade ou decaimento	262
4.15.5	Contraposição	262
4.15.6	Extinções inominadas	262

4.16	Convalidação	262
4.16.1	Teoria dos atos sanatórios	264
4.17	Conversão.....	264
4.18	Jurisprudência	265
4.18.1	STJ.....	265
4.18.2	STF.....	266
4.18.3	Repercussão Geral.....	266
5	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....	269
5.1	Poderes-deveres.....	269
5.2	Uso regular e irregular do poder.....	269
5.3	Abuso de poder.....	269
5.3.1	Abuso de poder pressupõe agente competente?	270
5.3.2	Abuso de autoridade (Lei n. 13.869/2019).....	270
5.4	Excesso de poder.....	271
5.5	Desvio de finalidade	273
5.5.1	Tredestinação lícita.....	274
5.5.1.1	Tredestinação <i>versus</i> adestinação.....	275
5.6	Poder vinculado	275
5.7	Poder discricionário.....	276
5.8	Poder disciplinar	279
5.9	Poder hierárquico	281
5.9.1	Delegação de competência.....	282
5.9.2	Avocação de competência	283
5.9.3	Supervisão ministerial.....	283
5.10	Poder regulamentar.....	284
5.10.1	Espécies de regulamento	285
5.10.2	Regulamentos autônomos ou independentes	285
5.10.3	Regulamento executivo e a função redutora da discricionariade ...	287
5.10.4	Nem toda lei admite regulamentação.....	287
5.10.5	Poder regulamentar e previsão legal.....	288
5.10.6	Competência regulamentar e delegação.....	288
5.10.7	Referenda ministerial ou secretarial	288
5.11	Poder de polícia ou limitação administrativa.....	289
5.11.1	Poder de polícia: sentido amplo e sentido estrito.....	290
5.11.2	Conceitos doutrinários.....	291
5.11.3	Conceito legal de poder de polícia.....	291
5.11.4	Nosso conceito.....	292
5.11.5	Poder de polícia: vinculado ou discricionário?.....	293
5.11.6	Características.....	294
5.11.6.1	Delegabilidade ou indelegabilidade?	294
5.11.7	Alcance quinquipartite do poder de polícia (etapas do poder de polícia).....	295
5.11.8	Polícia administrativa <i>versus</i> polícia judiciária	296
5.12	Jurisprudência	297
5.12.1	STF	297
5.12.2	Repercussão geral.....	298
5.12.3	STJ.....	298
6	RESPONSABILIDADE DO ESTADO	301
6.1	Introdução.....	301
6.2	Evolução histórica.....	302
6.2.1	Teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873).....	302
6.2.2	Teoria da responsabilidade subjetiva (1874 até 1946).....	303

6.2.2.1	Hipóteses de aplicação da teoria subjetiva	304
6.2.2.2	Teoria da culpa administrativa ou da “faute du service”. Culpa anônima.....	304
6.2.3	Teoria da responsabilidade objetiva (1947 até hoje).....	305
6.3	Evolução da responsabilidade estatal no direito positivo brasileiro	306
6.4	Linha do tempo	307
6.5	Responsabilidade na Constituição de 1988	309
6.5.1	Art. 37, § 6º, da CF e a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke....	310
6.5.2	As cinco teorias decorrentes do art. 37, § 6º, da CF.....	310
6.6	Fundamentos do dever de indenizar	311
6.7	Risco integral e risco administrativo. Excludentes do dever de indenizar....	312
6.8	Características do dano indenizável	315
6.9	Responsabilidade por atos lícitos.....	315
6.10	Danos por omissão.....	316
6.10.1	Omissão genérica e omissão específica	317
6.10.2	Tese da “reserva do possível”	319
6.11	Relações de custódia.....	319
6.11.1	A condição do preso.....	320
6.12	Ação indenizatória.....	322
6.12.1	A posição isolada da 4ª Turma do STJ.....	322
6.12.2	Prazo prescricional.....	323
6.12.2.1	Prazo prescricional contra Fazenda estadual, distrital ou municipal.....	324
6.12.2.2	Qual o prazo prescricional para ações propostas pela Fazenda Pública?.....	325
6.13	Denúnciação à lide.....	325
6.14	Ação regressiva	325
6.15	Responsabilidade do servidor estatutário federal na Lei n. 8.112/90	327
6.16	Responsabilidade dos concessionários de serviços públicos	327
6.17	Responsabilidade por atos legislativos, regulamentares e jurisdicionais.....	328
6.18	Responsabilidade dos notários e registradores.....	329
6.19	Danos causados por agente fora do exercício da função	332
6.20	Responsabilidade pré-negocial.....	332
6.21	Responsabilidade subsidiária versus responsabilidade solidária.....	332
6.22	Responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas na Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	333
6.22.1	Desconsideração da personalidade jurídica na Lei Anticorrupção ...	334
6.22.1.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Desconsideração expansiva.....	334
6.23	Reparação do dano pela via administrativa	336
6.24	Responsabilidade da União quanto a servidores públicos mortos pela Covid-19.....	338
6.25	Jurisprudência	338
6.25.1	STJ.....	338
6.25.2	STF.....	339
6.25.3	Repercussão Geral.....	341
7	LICITAÇÃO	343
7.1	A Lei n. 14.133/2021	343
7.2	Visão geral da Lei n. 14.133/2021.....	343
7.3	Função da Lei n. 14.133/2021.....	343
7.4	Estrutura da Lei n. 14.133/2021.....	344
7.5	Principais inovações.....	344

7.6	O que é uma licitação?	346
7.7	Finalidades da licitação	346
7.8	Conceitos doutrinários.....	347
7.9	Nosso conceito.....	348
7.9.1	Análise dos elementos conceituais	348
7.10	Natureza jurídica	349
7.11	Competência para legislar.....	350
7.12	Normatização infraconstitucional.....	350
7.13	Natureza jurídica da Lei n. 14.133/2021.....	351
7.14	Fundamento constitucional do dever de licitar	352
7.15	Pressupostos da licitação	353
7.16	Extensão material do dever de licitar: objeto da licitação	353
7.17	Extensão pessoal do dever de licitar	354
7.17.1	Organizações sociais e princípio da aderência.....	355
7.17.2	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e princípio da aderência.....	356
7.17.3	Entidades paraestatais	356
7.17.4	Conselhos de classe.....	357
7.17.5	Ordem dos Advogados do Brasil.....	357
7.17.6	Empresas estatais exploradoras de atividade econômica	357
7.17.7	Repartições públicas sediadas no exterior e a ultratividade territorial da legislação licitatória	359
7.17.8	Entidades que não se sujeitam ao dever de licitar.....	359
7.17.9	Programa “Minha Casa, Minha Vida”	359
7.18	Princípios específicos da licitação	360
7.18.1	Novos princípios licitatórios trazidos pela Lei n. 14.133/2021.....	362
7.19	Incidência dos princípios gerais.....	363
7.19.1	Princípios da motivação e da segurança jurídica na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657/42).....	364
7.19.2	Razoabilidade, proporcionalidade e celeridade	365
7.19.3	Por que tantos princípios?	365
7.20	Tipos de licitação	365
7.21	Modalidades licitatórias	367
7.21.1	Concorrência.....	367
7.21.2	Concurso.....	370
7.21.3	Leilão	370
7.21.4	Pregão.....	371
7.21.4.1	Licitação eletrônica <i>versus</i> licitação presencial.....	372
7.21.5	Diálogo competitivo	373
7.21.6	Consulta.....	374
7.21.7	Quadro comparativo entre as modalidades	375
7.21.8	Licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010).....	376
7.22	Agentes públicos atuantes na licitação e seus auxiliares	377
7.22.1	Agente de contratação.....	377
7.22.2	Comissão de contratação e assessoria externa.....	379
7.22.3	Gestor do contrato	379
7.22.4	Fiscal do contrato	380
7.22.5	Fiscal técnico.....	381
7.22.6	Fiscal administrativo	381
7.22.7	Fiscal setorial.....	382
7.22.8	Comissão de responsabilização	382
7.22.9	Agentes que atuam na licitação: nomeação e vedações.....	382

7.23	O rito da licitação.....	383
7.23.1	Fases da licitação. Inversão de fases	383
7.23.2	Fase preparatória.....	384
7.23.2.1	Estudo Técnico-Preliminar (ETP).....	385
7.23.2.2	Orçamento aberto ou fechado.....	386
7.23.2.3	Elaboração do edital	387
7.23.2.4	Modos de disputa	387
7.23.2.4.1	Modo aberto.....	387
7.23.2.4.2	Modo fechado	388
7.23.2.4.3	Modo combinado aberto e fechado.....	388
7.23.2.4.4	Modo combinado fechado e aberto.....	388
7.23.2.5	Encerramento da fase preparatória	388
7.23.3	Fase da divulgação do edital	389
7.23.3.1	Conteúdo do edital e sua modificação.....	389
7.23.3.2	Meios de divulgação	391
7.23.3.3	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP	391
7.23.3.4	Impugnação ao edital	392
7.23.4	Apresentação das propostas	392
7.23.5	Julgamento das propostas.....	393
7.23.5.1	Desclassificação das propostas	394
7.23.5.2	Proposta inexequível	395
7.23.5.3	Fase de lances	395
7.23.5.4	Desempate	396
7.23.5.5	Tratamento favorecido a Microempresas (MEs) e Empre- sas de Pequeno Porte (EPPs) e empate ficto	396
7.23.6	Habilitação.....	398
7.23.6.1	Habilitação jurídica.....	399
7.23.6.2	Habilitação técnico-profissional e técnico-operacional... ..	399
7.23.6.3	Habilitação fiscal, social e trabalhista	400
7.23.6.4	Habilitação econômico-financeira	400
7.23.6.5	Inabilitação.....	401
7.23.7	Fase recursal única	401
7.23.7.1	O direito de recorrer na LGLC.....	401
7.23.7.2	Prazos.....	402
7.23.7.3	Manifestação do interesse de recorrer	402
7.23.7.4	Forma de interposição	402
7.23.7.5	Contraditório recursal	403
7.23.8	Encerramento da licitação. Homologação. Anulação e revogação. Adjudicação. Responsabilidade pré-negocial.....	403
7.24	Procedimentos auxiliares	404
7.24.1	Credenciamento (art. 79 da Lei n. 14.133/2021).....	404
7.24.2	Pré-qualificação (art. 80 da Lei n. 14.133/2021)	406
7.24.3	Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI (art. 81 da Lei n. 14.133/2021).....	407
7.24.4	Sistema de registro de preços – SRP (arts. 82 a 86 da Lei n. 14.133/ 2021).....	407
7.24.4.1	Carona em registro de preços	409
7.24.5	Registro cadastral (arts. 87 e 88 da Lei n. 14.133/2021)	410
7.25	Contratação direta.....	411
7.25.1	Rito da contratação direta	411
7.25.2	Inexigibilidade de licitação.....	412
7.25.3	Dispensa de licitação	413
7.26	crimes em licitações.....	417

7.27	Jurisprudência	419
7.27.1	STF	419
7.27.2	Repercussão Geral.....	421
8	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	423
8.1	Introdução	423
8.2	Conceitos doutrinários.....	423
8.3	Nosso conceito.....	425
8.4	Competência para legislar.....	425
8.5	Contratos da administração e contratos administrativos	425
8.6	Contratos <i>versus</i> convênios	425
8.7	Prévia licitação	426
8.8	Normas aplicáveis	426
8.9	Características dos contratos administrativos	427
8.10	Diferenças em relação aos contratos privados.....	429
8.11	Arbitragem e mediação para solução de conflitos em direito público.....	430
8.12	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	432
8.13	Sujeitos do contrato.....	433
8.14	Contratos em espécie	434
8.14.1	Contrato de obra pública	434
8.14.2	Contrato de fornecimento	435
8.14.3	Contrato de prestação de serviço	435
8.14.4	Contrato de concessão.....	436
8.14.4.1	Concessão de serviço público	436
8.14.4.1.1	Base legislativa	437
8.14.4.1.2	Natureza jurídica (controvérsia)	437
8.14.4.1.3	Conceito legislativo.....	438
8.14.4.1.4	Nosso conceito.....	438
8.14.4.1.5	Características da concessão de serviço público.....	439
8.14.4.1.6	Direitos e obrigações dos usuários.....	440
8.14.4.1.7	Encargos do poder concedente.....	440
8.14.4.1.8	Encargos da concessionária	441
8.14.4.1.9	Intervenção.....	442
8.14.4.1.10	Formas de extinção da concessão.....	442
8.14.4.1.11	Subconcessão	445
8.14.4.1.12	Serviços públicos passíveis de concessão	445
8.14.4.1.13	Reversão de bens.....	446
8.14.5	Permissão de serviço público	447
8.14.5.1	Permissão é ato ou contrato administrativo?.....	447
8.14.5.2	Hipóteses de uso da permissão de serviço público	448
8.14.6	Concessão precedida de obra pública.....	449
8.14.7	Concessão de uso de bem público	450
8.14.8	Contrato de gerenciamento.....	450
8.14.9	Contrato de gestão	450
8.14.10	Termo de parceria	451
8.14.11	Parceria público-privada (PPP)	452
8.14.11.1	Abrangência da Lei n. 11.079/2004.....	453
8.14.11.2	Conceito e características	453
8.14.11.3	Diretrizes legais	454
8.14.11.4	Vedações à celebração de PPPs	455
8.14.11.5	Garantias	455

8.14.11.6	Modalidades	456
8.14.11.7	Sociedade de propósito específico (art. 9º).....	456
8.14.12	Consórcio público	456
8.14.12.1	Consórcios públicos da Lei n. 11.107/2005	457
8.14.12.1.1	Conceito e atribuições.....	458
8.14.12.1.2	Procedimento para celebração do consórcio ...	459
8.14.12.1.3	Dispensa de licitação.....	461
8.14.12.1.4	Celebração de convênio e exigência de regularidade (Lei n. 13.821/2019)	461
8.14.13	Contrato de convênio	461
8.14.14	Contrato de credenciamento.....	461
8.14.15	Contrato de trabalhos artísticos	462
8.14.16	Contrato de empréstimo público.....	462
8.14.17	Contrato de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda (Lei n. 12.232/2010).....	462
8.15	Formalização dos contratos administrativos.....	463
8.16	Cláusulas exorbitantes.....	463
8.16.1	Exigência de garantia.....	464
8.16.2	Alteração unilateral do objeto.....	464
8.16.3	Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	464
8.16.4	Inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido	465
8.16.5	Rescisão unilateral	465
8.16.6	Fiscalização.....	465
8.16.6.1	Terceirização de mão de obra	466
8.16.7	Aplicação de penalidades.....	467
8.16.7.1	Existe ordem legal de penalidades?.....	467
8.16.7.2	Competência para aplicação da pena	467
8.16.8	Ocupação provisória (art. 139).....	468
8.17	Estudo do equilíbrio econômico-financeiro	468
8.17.1	Circunstâncias excepcionais que autorizam a revisão remuneratória	469
8.17.2	Novos benefícios e equação econômico-financeira	470
8.17.3	Matriz de alocação de riscos.....	471
8.18	Duração e execução dos contratos em geral. Responsabilidade por encargos previdenciários do contratado.....	473
8.18.1	Extinção	474
8.19	Extinção do contrato e dever de indenizar.....	476
8.20	Anulação do contrato e indenização.....	476
8.21	Crimes.....	476
8.22	Jurisprudência	477
8.22.1	STJ.....	477
8.22.2	STF	477
8.22.3	Repercussão Geral.....	479
9	AGENTES PÚBLICOS	481
9.1	Agentes públicos	481
9.2	Agentes políticos.....	481
9.2.1	Magistrados, promotores, procuradores da República e diplomatas...	482
9.3	Ocupantes de cargos em comissão.....	483
9.4	Contratados temporários.....	485
9.5	Agentes militares.....	487
9.6	Servidores públicos estatutários.....	488
9.7	Empregados públicos	490

9.7.1	Obrigatória motivação na dispensa de empregados por empresas públicas: jurisprudência do STF.....	493
9.8	Particulares em colaboração com a Administração (agentes honoríficos)....	493
9.9	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	494
9.9.1	Acumulação e teto remuneratório	495
9.9.2	Acumulação e jornada semanal máxima: inaplicabilidade.....	496
9.10	Concurso público.....	497
9.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	497
9.10.2	Fundamentos.....	497
9.10.3	Concurso como “princípio” e suas exceções	497
9.10.4	Tipos de concurso	498
9.10.5	Direito sumular.....	500
9.10.6	Pressupostos para abertura do concurso.....	500
9.10.7	Validade do concurso	500
9.10.8	Direitos do candidato aprovado no concurso	501
9.10.9	Aprovação em concurso: expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação?.....	501
9.10.9.1	Resumindo os fatos jurídicos conversores	503
9.10.9.2	Direito à nomeação <i>versus</i> restrição orçamentária	504
9.10.9.3	Instrumento processual apropriado para garantir o direito à nomeação.....	504
9.10.9.4	Servidor nomeado por decisão judicial não tem direito a indenização	504
9.10.10	Provedimento em lotação com vacância potencial no futuro	504
9.10.11	Recusa de vaga e alocação no final da fila de aprovados.....	505
9.10.12	Concurso público e teoria da perda da chance	505
9.10.13	Princípio do livre acesso aos cargos públicos.....	506
9.10.14	Dever de intimação pessoal do candidato nomeado em concurso público.....	506
9.10.15	Tatuação pode desclassificar em concurso público?.....	506
9.10.16	Reclassificação para o final da fila.....	508
9.11	Reserva de vagas para portadores de deficiência	509
9.11.1	Reserva de vagas na contratação temporária.....	510
9.12	Análise do regime estatutário federal (Lei n. 8.112/90).....	510
9.12.1	Linha do tempo	511
9.12.2	Cargo público	511
9.12.2.1	Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.....	511
9.12.2.2	Conceitos de servidor público e provimento	512
9.12.2.3	Nomeação	513
9.12.2.4	Promoção.....	514
9.12.2.5	Readaptação	514
9.12.2.6	Reversão	515
9.12.2.7	Aproveitamento	515
9.12.2.8	Reintegração	516
9.12.2.9	Recondução.....	516
9.12.2.10	Formas de provimento que são direitos constitucionais de qualquer servidor estatutário e formas de provimento que exigem previsão no respectivo estatuto.....	516
9.12.3	Posse.....	517
9.12.4	Exercício.....	517
9.12.5	Estágio probatório.....	518
9.12.6	Confirmação.....	520

9.12.7	Estabilidade.....	520
9.12.7.1	Tipos de estabilidade (art. 19 do ADCT).....	521
9.12.7.2	Disponibilidade.....	522
9.12.8	Saída do cargo.....	522
9.13	Vacância.....	523
9.14	Remoção.....	523
9.15	Redistribuição.....	524
9.16	Direitos e vantagens do servidor.....	524
9.16.1	Suspensão de benefícios na Lei da Covid.....	524
9.17	Vencimento e remuneração.....	525
9.17.1	Regime de subsídios.....	526
9.17.1.1	Exigência de lei para fixar ou alterar remuneração de servidores públicos.....	527
9.18	Indenizações.....	528
9.19	Retribuições, gratificações e adicionais.....	529
9.20	Férias.....	529
9.21	Licenças.....	530
9.22	Afastamentos e concessões.....	530
9.23	Direito de petição.....	531
9.24	Direito de greve. Policiais não podem fazer greve.....	531
9.25	Tetos remuneratórios.....	532
9.25.1	Exceção ao teto remuneratório.....	533
9.26	Previdência dos servidores.....	534
9.27	Regime disciplinar.....	535
9.28	Deveres do servidor.....	535
9.29	Proibições aplicáveis ao servidor.....	536
9.30	Sêxtupla responsabilidade dos servidores públicos.....	537
9.31	Processo disciplinar.....	539
9.31.1	Requisitos para composição da comissão processante.....	540
9.31.2	Penalidades.....	541
9.31.3	Competência para aplicação das sanções disciplinares.....	542
9.31.4	Reabilitação. Revisão. Proibidos de retornar ao serviço público.....	543
9.31.5	Prescrição. Infração funcional tipificada como crime (STJ).....	543
9.32	Jurisprudência.....	543
9.32.1	STJ.....	543
9.32.2	STF.....	546
10	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	553
10.1	Mudanças promovidas pela Lei n. 14.230/2021.....	553
10.2	Introdução.....	553
10.3	Base constitucional.....	554
10.4	Defesa constitucional da moralidade administrativa.....	555
10.5	Competência para legislar sobre improbidade administrativa.....	556
10.6	Abrangência e natureza da Lei n. 8.429/92. Atos praticados antes da vigência da LIA.....	556
10.7	Sujeito passivo do ato de improbidade.....	557
10.8	Sujeito ativo do ato de improbidade.....	558
10.8.1	Particulares sujeitos à LIA (improbidade imprópria) e o “caso Guilherme Fontes”.....	559
	O processo.....	560
	Decisões judiciais.....	560
10.8.2	A questão dos agentes políticos.....	561

10.8.3	Teoria da ignorância deliberada (<i>willful blindness</i>) ou “teoria do avestruz” (<i>ostrich instructions</i>)	563
10.8.4	Responsabilização do parecerista e do consultor jurídico	564
10.9	Espécies de ato de improbidade	565
10.9.1	Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º).....	566
10.9.1.1	Sanções cabíveis.....	567
10.9.2	Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário (art. 10).....	567
10.9.2.1	Sanções cabíveis.....	570
10.9.3	Atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (art. 11).....	570
10.9.3.1	Sanções cabíveis.....	571
10.10	Atos de improbidade tipificados no Estatuto da Cidade.....	572
10.11	Categorias de atos de improbidade (quadro comparativo)	574
10.12	Declaração de bens	576
10.13	Improbidade administrativa e princípio da insignificância. Meras Irregularidades	576
10.13.1	Improbidade tentada.....	577
10.14	Procedimento administrativo (inquérito civil)	577
10.14.1	Contraditório e ampla defesa na fase administrativa (inquérito civil).....	578
10.15	Medidas cautelares.....	578
10.16	Ação judicial de improbidade.....	580
10.16.1	Requisitos da sentença na ação de improbidade	583
10.16.2	Ação de improbidade e independência das instâncias.....	583
10.17	Dosimetria da pena	585
10.17.1	Perda da função pública e novo cargo.....	587
10.18	Improbidade e devido processo legal	587
10.19	Prescrição	587
10.20	A questão da necessidade de dolo nas condutas	590
10.21	Condenação por improbidade e Lei da Ficha Limpa	590
10.22	Danos morais na ação de improbidade.....	591
10.23	Jurisprudência	591
10.23.1	STF	591
10.23.2	STJ.....	592
10.23.3	Repercussão Geral.....	593
11	RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	595
11.1	Introdução.....	595
11.2	Vantagens da teoria.....	595
11.3	Conceitos doutrinários.....	596
11.3.1	Crítério subjetivo.....	596
11.3.2	Crítério misto	597
11.3.3	Crítério formal.....	597
11.4	Nosso conceito.....	598
11.5	Diversas classificações das relações jurídico-administrativas.....	598
11.5.1	Quanto ao alcance	598
11.5.2	Quanto à estrutura	598
11.5.3	Quanto à presença da Administração.....	598
11.5.4	Quanto ao objeto.....	598
11.5.5	Quanto à duração.....	599
11.5.6	Quanto às partes envolvidas.....	599

11.5.7	Quanto à reciprocidade	599
11.5.8	Quanto aos efeitos.....	599
11.5.9	Quanto à posição das partes.....	600
11.5.10	Quanto ao nível de organização	600
11.5.11	Quanto ao regime jurídico	601
11.6	<i>Status</i>	601
11.7	Situações subjetivas no Direito Administrativo.....	602
11.8	Diversas modalidades de poderes.....	602
11.8.1	Direito subjetivo.....	603
11.8.2	Potestade ou poder <i>stricto sensu</i>	603
11.8.3	Interesse legítimo	604
11.8.4	Interesse simples.....	604
11.8.5	Expectativa de direito.....	604
11.8.6	Poderes-deveres.....	604
11.8.7	Prerrogativas funcionais	604
11.8.8	Direito adquirido.....	605
11.9	Diversas modalidades de deveres.....	605
11.9.1	Obrigação	605
11.9.2	Dever <i>stricto sensu</i>	605
11.9.3	Sujeição	605
11.9.4	Encargo.....	605
11.9.5	Ônus.....	606
11.9.6	Carga.....	606
11.10	Nascimento das relações jurídico-administrativas	606
11.11	Modificação das relações jurídico-administrativas	607
11.12	Extinção das relações jurídico-administrativas	607
12	BENS PÚBLICOS	609
12.1	Divergência conceitual	609
12.2	Disciplina no Código Civil	611
12.3	Domínio público.....	612
12.4	<i>Res nullius</i>	615
12.5	Bens públicos da União	615
12.6	Bens públicos dos Estados	616
12.7	Bens públicos do Distrito Federal	616
12.8	Bens públicos dos Municípios	617
12.9	Bens públicos dos Territórios Federais	617
12.10	Bens públicos da Administração Indireta	617
12.11	Bens públicos de concessionários e permissionários.....	617
12.12	Classificação	618
12.12.1	Bens de uso comum do povo.....	618
12.12.2	Bens de uso especial	619
12.12.3	Bens dominicais	619
12.13	Bens públicos necessários e bens públicos acidentais.....	621
12.14	Atributos.....	621
12.14.1	Obrigações de pequeno valor (OPVs) e sequestro de recursos públicos	622
12.15	Requisitos para alienação dos bens públicos.....	623
12.16	Afetação e desafetação	624
12.17	Patrimônio público disponível e patrimônio público indisponível	625
12.18	Formas de uso.....	625
12.19	Concessão, permissão e autorização.....	626
12.19.1	Banca de jornal: permissão ou autorização?.....	628

12.20	Aforamento público.....	629
12.21	Formas de aquisição e alienação.....	629
12.22	Jurisprudência	629
	12.22.1 STJ.....	629
	12.22.2 STF	629
	12.22.3 Repercussão Geral	631
13	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	633
13.1	Fundamento geral	633
13.2	Requisitos para cumprimento da função social	633
13.3	Formas supressivas e formas não supressivas de domínio.....	634
13.4	Formas ilícitas de intervenção estatal na propriedade?.....	634
13.5	Procedimentos, atos e fatos interventivos na propriedade privada.....	635
13.6	“Autointervenção” na propriedade?	635
13.7	Desapropriação	636
13.8	Confisco.....	636
13.9	Perdimento de bens.....	637
13.10	Poder de polícia (limitação administrativa).....	638
13.11	Servidão administrativa	639
	13.11.1 Poder de polícia <i>versus</i> servidão administrativa.....	641
13.12	Tombamento	641
	13.12.1 Tombamento de uso.....	643
13.13	Requisição	644
	13.13.1 Requisição com perda de domínio?.....	645
13.14	Ocupação temporária.....	645
13.15	Quadro comparativo dos instrumentos de intervenção	646
13.16	Jurisprudência	647
	13.16.1 STJ.....	647
	13.16.2 STF	647
	13.16.3 Repercussão geral.....	648
14	DESAPROPRIAÇÃO	649
14.1	Introdução	649
14.2	Fundamentos jurídico-políticos	649
14.3	Competências para legislar, desapropriar e promover desapropriação	650
14.4	Base constitucional	651
14.5	Normatização infraconstitucional.....	652
14.6	Conceitos doutrinários.....	652
14.7	Nosso conceito.....	653
14.8	Forma originária de aquisição da propriedade.....	655
14.9	Institutos afins.....	655
14.10	Fundamentos normativos da desapropriação.....	656
	14.10.1 Necessidade pública.....	656
	14.10.2 Utilidade pública	657
	14.10.3 Interesse social	658
	14.10.3.1 Desapropriação por interesse social de competência comum?.....	659
14.11	Objeto da desapropriação.....	660
14.12	Exceções à força expropriante	661
14.13	Espécies de desapropriação	663
	14.13.1 Desapropriação para reforma agrária (art. 184 da CF).....	663
	14.13.1.1 Procedimento da desapropriação rural.....	664
	14.13.2 Desapropriação para política urbana (art. 182, § 4º, III, da CF).....	665

14.13.3	Desapropriação de bens públicos.....	667
14.13.4	Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	667
14.13.4.1	Princípio da intangibilidade da obra pública	669
14.13.5	Desapropriação por zona	669
14.13.6	Desapropriação ordinária <i>versus</i> desapropriação extraordinária	669
14.13.7	Desapropriação confiscatória	670
14.14	Fases da desapropriação.....	670
14.14.1	Mediação e arbitragem no rito expropriatório.....	672
14.15	Ação de desapropriação e imissão provisória	673
14.16	Retrocessão (art. 519 do CC).....	675
14.17	Indenização.....	676
14.17.1	Indenização do locatário pela perda do fundo de comércio	677
14.18	Desistência da desapropriação.....	677
14.19	Direito de extensão	677
14.20	Jurisprudência	678
14.20.1	STF	678
14.20.2	STJ.....	678
15	ESTATUTO DA CIDADE.....	681
15.1	Introdução	681
15.2	Natureza jurídica do Estatuto da Cidade.....	681
15.3	Diretrizes gerais da política urbana.....	682
15.4	Instrumentos da política urbana	684
15.4.1	Parcelamento, edificação ou utilização compulsória	685
15.4.2	IPTU progressivo no tempo	686
15.4.3	Desapropriação urbanística.....	686
15.4.4	Usucapião especial de imóvel urbano	686
15.4.5	Direito de superfície.....	687
15.4.6	Direito de preempção.....	687
15.4.7	Outorga onerosa do direito de construir.....	688
15.4.8	Operações urbanas consorciadas.....	688
15.4.9	Transferência do direito de construir	689
15.4.10	Estudo de impacto de vizinhança	689
15.4.11	Plano diretor.....	689
15.5	Gestão democrática da cidade.....	690
15.6	Jurisprudência	690
15.6.1	STF	690
15.6.2	STJ.....	691
15.6.3	Repercussão Geral.....	691
16	SERVIÇOS PÚBLICOS	693
16.1	Serviços públicos e domínio econômico.....	693
16.2	Conceito de serviço público.....	694
16.3	Serviços públicos <i>uti universi</i> e <i>uti singuli</i>	695
16.4	Nosso conceito.....	696
16.5	Titularidade do serviço público.....	697
16.6	Serviços públicos federais, estaduais, municipais e distritais	698
16.6.1	Serviços notariais e de registro	699
16.6.2	Uber e demais aplicativos de transporte privado	701
16.7	Princípios do serviço público. Inovações da Lei n. 14.015/2020.....	701
16.8	Serviços essenciais.....	705
16.9	Formas de prestação	705
16.10	Responsabilidade do prestador de serviços públicos.....	707

16.11	Formas de remuneração	707
16.12	Classificação dos serviços públicos.....	708
16.13	Direitos do usuário.....	709
16.14	Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos – Lei n. 13.460/2017.....	710
16.15	Jurisprudência	712
	16.15.1 STJ.....	712
	16.15.2 STF	713
17	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	715
17.1	Serviço público <i>versus</i> atividade econômica.....	715
17.2	Conceitos de domínio econômico e ordem econômica	716
17.3	Princípios da ordem econômica.....	716
17.4	Natureza tripartite das atividades econômicas.....	717
17.5	Regime jurídico da atividade econômica.....	717
17.6	Funções do estado na ordem econômica	717
	17.6.1 A força interna vinculante do planejamento estatal.....	717
17.7	Atividades estatais interventivas no domínio econômico	717
	17.7.1 Exploração direta de atividade econômica pelo Estado.....	718
	17.7.1.1 Personificação e exercício direto.....	718
	17.7.2 Polícia da economia.....	718
	17.7.2.1 Tributos interventivos. Cides	720
	17.7.3 Fomento a setores econômicos.....	720
17.8	Atividades econômicas sob monopólio.....	721
17.9	Infrações contra a ordem econômica	721
17.10	Jurisprudência	724
	17.10.1 STF	724
	17.10.2 Repercussão geral.....	725
18	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	727
18.1	Conceito.....	727
18.2	Objetivos.....	727
18.3	Natureza jurídica.....	727
18.4	Classificação	727
18.5	Controle administrativo.....	729
	18.5.1 Recurso hierárquico próprio e impróprio.....	729
18.6	Controle legislativo.....	730
	18.6.1 Tribunais de Contas	730
	18.6.1.1 Natureza jurídica dos Tribunais de Contas	732
	18.6.1.2 Simetria de regime entre os Tribunais de Contas e o Poder Judiciário.....	733
	18.6.1.3 Indispensabilidade da função dos Tribunais de Contas ...	733
	18.6.1.4 Características do processo de controle.....	733
	18.6.1.5 Alcance da imputação de débito	734
	18.6.1.6 Competência fiscalizadora e corretiva em procedimentos licitatórios.....	734
18.7	Controle judicial.....	734
18.8	Prescrição no Direito Administrativo	736
18.9	Coisa julgada administrativa	736
18.10	Jurisprudência	737
	18.10.1 STF.....	737
	18.10.2 STJ.....	737
	18.10.3 Repercussão Geral.....	737

19	PROCESSO ADMINISTRATIVO	739
19.1	Processo administrativo na CF/88	739
19.2	Lei do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99	739
19.2.1	Incidência da Lei n. 9.784/99 sobre outras entidades federativas....	740
19.3	Processo ou procedimento administrativo?	740
19.4	Espécies de processo administrativo	740
19.5	Princípios do processo administrativo	741
19.6	Conceitos de órgão, entidade e autoridade	742
19.7	Direitos do administrado	742
19.8	Deveres do administrado	743
19.9	Instauração do processo	743
19.10	Legitimados para o processo administrativo	743
19.11	Da competência	744
19.12	Impedimentos e suspeição no processo administrativo	744
19.13	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	745
19.14	Comunicação dos atos	745
19.15	Instrução do processo	746
19.16	Dever de decidir	746
19.17	Decisão coordenada	747
19.18	Desistência	747
19.19	Recursos administrativos	747
19.19.1	Permissão da <i>reformatio in pejus</i>	748
19.20	Dos prazos	748
19.21	Desburocratização de processos federais (Lei n. 13.726/2018)	748
19.22	Jurisprudência	749
19.22.1	STJ	749
19.22.2	STF	750
	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000).....	753
20.1	Justificativa	753
20.2	Bases constitucionais	753
20.3	Contexto histórico	754
20.4	Compatibilidade com a Lei n. 4.320/64	755
20.5	Objetivos da LRF e pressupostos da responsabilidade fiscal	755
20.6	Natureza jurídica e âmbito de aplicação da LRF	755
20.7	Conceito de receita corrente líquida	756
20.8	Planejamento e sistema orçamentário na LRF	756
20.9	Previsão e arrecadação da receita pública	757
20.10	Renúncia de receita	758
20.11	Geração de despesa pública	759
20.12	Despesa obrigatória de caráter continuado	759
20.13	Despesas com pessoal	759
20.14	Controle da despesa total com pessoal	760
20.15	Jurisprudência	762
20.15.1	STF	762
20.15.2	STJ	762
21	MAPAS MENTAIS	765
21.1	Conceito	765
21.2	Princípios	766
21.3	Organização administrativa	767
21.4	Poderes da administração	768
21.5	Ato Administrativo	769

21.6	Responsabilidade do Estado.....	770
21.7	Licitação	771
21.8	Contratos administrativos.....	772
21.9	Agentes públicos.....	773
21.10	Improbidade administrativa.....	774
21.11	Bens públicos.....	775
21.12	Intervenção na propriedade.....	776
21.13	Desapropriação.....	777
21.14	Estatuto da cidade.....	778
21.15	Serviços públicos.....	779
21.16	Intervenção no domínio econômico.....	780
21.17	Controle da administração.....	781
21.18	Processo administrativo.....	782
BIBLIOGRAFIA.....		783
ÍNDICE REMISSIVO		787